

PT notícias



ANO III Nº 80
De 08 a 21 de julho de 1999

Jornal do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores

Manifestações em todo país lançam o abaixo-assinado da CPI da Telebrás



Fotos: Alexandre Machado

O Fórum Nacional de Luta por Trabalho, Terra, Cidadania e Soberania promoveu, em 8 de julho, o Dia Nacional de Lançamento do abaixo-assinado que pede a CPI da privatização da Telebrás e o enquadramento de FHC em crime de responsabilidade.

A atividade, segundo Sandra Cabral, secretária de comunicação da CUT e integrante da coordenação do Fórum, contou com a adesão imediata das pessoas. "A participação é muito grande, todos querem apoiar o abaixo-assinado", relata Sandra.

Para se ter uma idéia, em São Paulo mais de três mil

apoios foram recolhidos em menos de duas horas. Na manifestação, realizada no centro da cidade, na Praça Ramos de Azevedo, "a população fazia fila para assinar", contou o secretário de Combate ao Racismo do DN, Flávio Jorge, que esteve no ato representando o PT. "A adesão é espontânea, as pessoas querem assinar e se manifestar", contou Flávio.

Entre os participantes da campanha estavam lideranças como o presidente nacional da CUT, Vicente Paulo da Silva, o presidente do Diretório Municipal do PT/SP, vereador Vicente Cândido, Ana Martins

e Jamil Murad, parlamentares do PCdoB. Também participaram representantes da UNE, Ubes, Conam, Central de Movimentos Populares, CUT São Paulo, PT, PCdoB e PSB.

"A meta é conseguir um milhão de assinaturas, contra o presidente Fernando Henrique, que serão entregues em 26 de agosto, dia da Marcha a Brasília", declarou Vicentinho durante o ato. Segundo o dirigente da CUT, a política neoliberal de FHC está acabando com o país, "que fica cada vez mais empobrecido e entregue aos interesses internacionais", concluiu.

O PT e PCdoB manterão

banças em funcionamento para continuar recolhendo assinaturas.

Eixos para atuação

O Fórum Nacional de Luta aprovou ainda, como eixos de atuação, Basta de FHC; Fora FMI; Em Defesa do Brasil, da Soberania, do Emprego e dos Direitos Sociais.

As entidades e Fóruns estaduais deverão estabelecer metas a serem cumpridas para garantir a presença de 100 mil em Brasília, assim como o recolhimento das assinaturas. Cada entidade ficou responsável por reproduzir o número necessário de abaixo-assinados.

REPRESENTAÇÃO POR CRIME DE RESPONSABILIDADE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados

Os cidadãos brasileiros abaixo-assinados denunciam, com base na Constituição Federal e no art. 14 da Lei nº 1.079/50, o Presidente da República Sr. Fernando Henrique Cardoso por crime de responsabilidade caracterizado pela prática de atos atentatórios à probidade administrativa relacionados à condução do processo de privatização da Telebrás e ao favorecimento de instituições financeiras privadas. Exigimos e apolamos a instalação da CPI destinada a investigar o processo de privatização da Telebrás. Junho de 1999

NOME	RG	ASSINATURA
José Carlos da Silva	19953774	

Este é o modelo do abaixo-assinado para exigir o enquadramento do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por crime de responsabilidade ao favorecer um dos consórcios no processo de

privatização das empresas telefônicas e garantir a instalação da CPI da Telebrás. Na página 4 do PTnotícias você encontra o formulário que pode ser utilizado e reproduzido para a coleta de assinaturas.

CRÔNICA



Enquanto isso no Chile...

Mario Prata
especial para o PTnotícias

Enquanto o general Pinochet forçava o presidente Allende a se suicidar, não muito longe dali, a algumas quadras, uma turma de exilados brasileiros sofria o golpe e fazia planos para a volta ao Brasil.

Fernando, sociólogo de 42 anos, servindo o vinho, falava:

- Você, José, vai ser senador e depois Ministro da Saúde. Vamos acabar com todas as doenças do povo brasileiro. Vamos construir hospitais, a população vai ter planos médicos de graça.

- Você, Paulo, vai ser Ministro da Educação. Vamos, finalmente acabar com analfabetismo no país. E digo mais: escola de graça prá todo mundo. E o fim do vestibular.

- Você, Serjão, vai ser Ministro das Comunicações. Quero que cada lar tenha o seu telefone, de graça, como em todo país socialista que se preze. E as tarifas, Serjão, lá embaixo.

- Você, Felipe, vai ser o presidente da Petrobrás. Afinal, o petróleo é nosso. E vamos abaixar o preço da gasolina, abrir

novos poços, expulsar os americanos imperialistas do pedaço.

- Você, Leonel, só para disfarçar, vai me fazer oposição.

- Você, Miguel, vai mudar o Nordeste. Vamos acabar com a seca e a indústria da seca.

- Tenho certeza que nós todos, aqui reunidos, vamos transformar o Brasil. Vamos dar um ponta-pé no FMI e um calote na dívida externa. Vamos estatizar tudo. Vamos acabar com a iniciativa privada. Vamos dar um basta ao capital estrangeiro. Vamos dar um chega prá lá nas importações de supérfluos. Vamos baixar os juros e os impostos. Vamos financiar o teatro e o cinema nacional. Vamos colocar o Chico Buarque no Ministério da Cultura.

Aí alguém perguntou:

- Bela camisa, Fernandinho, mas em quanto tempo vamos fazer tudo isso?

- Vinte anos é a minha meta. A cada quatro ou cinco anos, a gente muda a Constituição.

- Deixa comigo, disse o Serjão. E passa o vinho! Vamos beber em homenagem ao Salvador Allende!!!

Bons vinhos, bons tempos...

DN define metas para a marcha a Brasília no dia 26 de agosto

No último dia 6 de julho, a comissão do Diretório Nacional responsável pela organização da marcha dos 100 mil a Brasília discutiu, além da mobilização à capital federal, algumas metas para a coleta de apoios ao abaixo-assinado que pede a CPI da privatização da Telebrás e o enquadramento de FHC em crime de responsabilidade.

A comissão estabeleceu metas para as instâncias e parlamentares do Partido. Os vereadores de capitais deverão conseguir, cada um, 3.000 assinaturas; vereadores de cidades com mais de cem mil habitantes, meta de 500 assinaturas cada; e demais cidades, meta de 100 assinaturas para cada vereador.

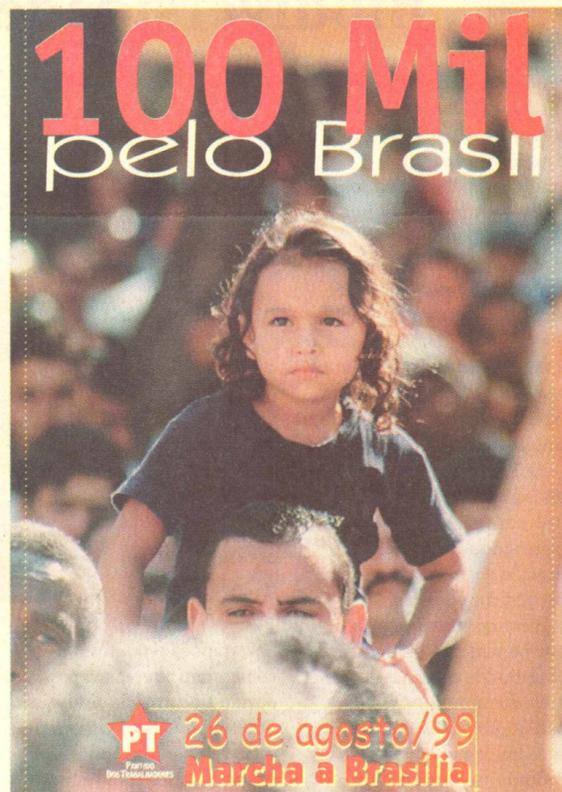
Os deputados estaduais, federais e senadores têm uma meta individual de 3.000 assinaturas. Cada prefeito deve conseguir 2.000 assinaturas e vices-prefeitos, 500 assinaturas; aos três governadores do PT foi estipulada a meta de 5.000 assinaturas cada e aos vices-governadores, 2.000 apoios.

Os diretórios municipais das capitais deverão conseguir 1.000 assinaturas; diretórios de cidades com mais de 100 mil habitantes, 500 assinaturas; e os demais, 100 apoios.

Os abaixo-assinados deverão ser enviados ao DN, aos cuidados da Secretaria Sindical ou da Secretaria de Combate ao Racismo.

Como meta de mobilização, cada uma das duzentas maiores cidades do país deverá organizar a ida de vinte ônibus a Brasília.

A comissão irá dividir tarefas, sendo que cada um de seus integrantes ficará responsável pelo contato com presidentes dos diretórios regionais, secretários gerais e líderes de bancada.



A próxima reunião da comissão será realizada no dia 19 de julho, às 14 horas, quando será feito balanço das atividades e agenda de viagens de dirigentes aos Estados. A Comissão é composta por Arlindo Chinaglia, Delúbio Soares, Vera Gomes,

Flávio Jorge e Valter Pomar. Também está na pauta apresentação de modelos de praguinhas, adesivos e cartaz. A comissão já decidiu que deixará pronta uma parte deste material, sendo o original enviado aos DRs para reprodução.

MAIS

Bancadas do PT no Congresso discutem transgênicos

pág 2

Governo do Mato Grosso do Sul e a dívida externa são temas em debate

pág 3

"Todos a bordo", embarque nesta idéia!

pág 4

RECADADO

Vergonha



Jorge Marinho

Camata, do PMDB, ao condenar a proposta, tratava-se única e exclusivamente de aprovar a emenda Ford, já que os incentivos fiscais para o Nordeste poderiam continuar vigentes com a reedição da medida provisória. Providência, aliás, adotada pela Presidência da República ao reeditar aquelas que perderiam a eficácia durante o recesso parlamentar. O objetivo específico da sessão do Congresso era o de aprovar um dispositivo que mudava o prazo de inscrição de empresas para receber os benefícios do regime automotivo, beneficiando causuisticamente a Ford.

Na verdade este é o retrato do grau de degradação política a que chegou o governo e sua maioria no Congresso Nacional. E revela mais uma vez a tutela que o senador Antônio Carlos Magalhães exerce sobre o país.

Não tem precedentes a humilhação a que fomos submetidos ao aprovar uma lei, no mais alto parlamento do Brasil, única e exclusivamente para atender aos interesses de uma empresa multinacional norte-americana. A aprovação da lei possibilitará que a Ford receba, junto com as empresas de autopeças, quase US\$ 1,5 bilhão do

BNDES, além de incentivos fiscais nunca vistos no mundo.

De nada adiantaram os argumentos daqueles que, sem medo - porque a verdade nua e crua é que muitos temem ACM -, se opuseram à medida, sustentando que o casuísmo introduzido para beneficiar a Ford violava os acordos do Mercosul e da OCM. Nem adiantaram os pedidos para sustar a votação - já que estava garantida a reedição da MP, assegurando a continuidade dos incentivos fiscais para o Nordeste - para melhor avaliar, conjuntamente com os governos estaduais, os impactos daquela decisão.

Esta decisão revela o caráter hipócrita de todo discurso ideológico da direita brasileira sobre a não intervenção do Estado na ordem econômica e sobre o mercado. A tropa de choque de ACM lá estava, apoiada pelos líderes do governo, Aécio Neves e Artur Virgílio, para defender a mais brutal intervenção do Estado na ordem econômica, em favor de uma das maiores multinacionais do mundo, praticamente doando uma fábrica inteira para a Ford. Logo eles que dominam a Bahia por décadas e são os formuladores de uma política que é causa do maior índice de desemprego da

história do Brasil.

Na verdade, o Estado brasileiro e nossos bancos públicos foram colocados a serviço dos interesses políticos dos detentores do poder que servem aos grandes grupos econômicos internacionais e a uma nova elite empresarial.

Tudo isso na mesma sessão em que o Congresso Nacional aprovava uma Lei de Diretrizes Orçamentária que corta gastos sociais e investimentos na infraestrutura do país, em saneamento e habitação. Logo depois dos cidadãos e empregados serem atingidos por um tarifaço e uma derrama de impostos, índices alarmantes de desemprego e com centenas de milhares de empresas sendo fechadas no país por falta de crédito, por uma carga tributária injusta e, principalmente, pela concorrência predatória dos produtos importados. Não existem, segundo o governo, recursos para a reforma agrária e para a Petrobrás, nem para financiar a safra agrícola brasileira, mas para a Ford daremos bilhões de dólares. Para nossa vergonha, aprova-se uma lei, que deveria ser intitulada: Lei ACM.

José Dirceu
presidente nacional do PT e
deputado federal

INTERNACIONAL

Cimeira para quê?

A cooperação entre União Européia, América Latina e Caribe precisa estabelecer limites sociais e ambientais para o crescimento, baseados na sustentabilidade e na equidade

A Cimeira, reunião de Cúpula dos Presidentes e Chefes de Estado da América Latina, Caribe e União Européia, realizada nos dias 28 e 29 de junho, encerrou os trabalhos com a aprovação de dois documentos: a "Declaração do Rio de Janeiro" - uma carta de intenções políticas e o anexo "Prioridades de Ação" - que estabelece como será a implementação dos acordos assinados pelos representantes dos 48 países presentes.

A "Declaração do Rio de Janeiro" organizada a partir de três temas - política, economia e cultura (compreendendo as áreas educacional, científica, tecnológica, social e humana), em suas intenções e princípios, pouco acrescenta aos consensos já existentes nas relações multilaterais.

A retirada da condenação explícita à lei Helms-Burton, presente na versão preliminar, originou reclamações de Cuba, apoiada pelo México e Brasil. A lei Helms-Burton, aprovada em 1996 por Bill Clinton, além de ampliar o embargo econômico que os Estados Unidos impunham a Cuba desde 1962 e aplicar novas sanções contra aquele país, introduziu a possibilidade de punições extraterritoriais. Na Cimeira predominou a vontade européia de condenar genericamente as ações unilaterais e as leis extraterritoriais. O aumento da influência dos Estados Unidos, em especial depois da guerra da OTAN na Iugoslávia, explica essa mudança de posição dos países europeus, tradicionalmente contrários ao bloqueio.

Interação meramente comercial

Quanto à União Européia, pode-se verificar que o interesse maior, no entanto, é a abertura do setor de serviços no âmbito do Mercosul, segundo manifestações de diferentes delegados europeus à Cimeira. Em especial, há o interesse de contrapor-se ao crescente avanço dos Estados Unidos nos mercados da construção da Alca. A memória do acontecido com o México pós Nafta está presente. O Acordo de Livre Comércio México-UE, pronto para ser assinado no fim deste ano, pretende mitigar as perdas de mercado sofridas pelos europeus nesta década.

A União Européia, principal comprador, vendedor e investidor nos países do Mercosul, busca a preservação dessa posição, principalmente quando o fluxo de comércio mostra uma tendência extremamente favorável: de 1990 a 1997 as exportações da UE ao Mercosul cresceram 350% ante parcos 24% do Mercosul para a UE.

No texto da Carta há numerosas referências à participação da sociedade civil e às salvaguardas em defesa da democracia e dos direitos humanos. No contexto da Cimeira, no entanto, predominaram os grandes interesses econômicos.

Foro de São Paulo e Fórum da Sociedade Civil

Dias antes do início da Cimeira, em 17 e 18 de junho, partidos políticos do Brasil, Argentina e Uruguai, que integram o Foro de São Paulo, reunidos em Porto Alegre (RS), redigiram uma carta aos presidentes dos países do Mercosul, denotando a importância da Cimeira na vocação de autonomia das nações envolvidas de estreitar relações com todos os continentes, mas ressaltaram a preocupação de que as políticas impulsionadas pelos governos do Mercosul aumentam a posição de vulnerabilidade e submissão aos interesses dos países dominantes.

Paralelamente ao evento oficial dos presidentes, o Fórum da Sociedade Civil para o Diálogo Europa-América Latina e Caribe, reunido na cidade do Rio de Janeiro, aprovou uma declaração, contendo a posição das organizações sociais e sindicais de países da América Latina frente à Cimeira.

O Fórum da Sociedade Civil para o Diálogo Europa-América Latina e Caribe faz parte da construção de uma articulação entre organizações sociais e sindicais do Brasil e demais países das Américas denominada Aliança Social Continental. Esta experiência inédita nasceu e vem se consolidando ante os acordos de livre comércio.

Para o Fórum, este encontro de Cúpula repetiu os modelos anteriores, "reduzindo os povos de nossa região à condição de meros espectadores das decisões oficiais". Analisa ainda que declarações oficiais com relação a temas como educação, erradicação da pobreza, cooperação para o desenvolvimento e proteção dos direitos sociais, normalmente adotadas nos encontros governamentais, permanecem como letra morta, enquanto as negociações comerciais avançam segundo os interesses dos investidores e das corporações multinacionais.

Segundo o texto aprovado pelo Fórum, quaisquer modelos de cooperação e solidariedade internacional tem que considerar em primeiro lugar o direito ao desenvolvimento econômico e social, prevendo-se mecanismos de proteção aos direitos sociais, laborais e ambientais, não se admitindo em hipótese alguma a exploração da mão-de-obra, o trabalho infantil e a discriminação das mulheres. Enfatiza, também, dentre outras, a necessidade ao respeito à autodeterminação dos povos, a preservação da biodiversidade e de ecossistemas ameaçados pela desregulação comercial. "A cooperação entre União Européia, América Latina e Caribe precisa estabelecer limites sociais e ambientais para o crescimento, baseados na sustentabilidade e na equidade", conclui a declaração do Fórum.

ECOLOGIA

Seminário Internacional sobre Biodiversidade e Transgênicos

As bancadas do PT no Senado e na Câmara Federal promoveram, nos dias 24 e 25 de junho, em Brasília, o Seminário Internacional sobre Biodiversidade e Transgênicos (OGM - Organismos Geneticamente Modificados). O evento teve o intuito de, entre outros, abrir espaço e qualificar o debate no parlamento sobre o tema e recolher subsídios para a construção da posição do PT a respeito dos organismos transgênicos.

O PT, junto com várias entidades, contesta o processo atual, conduzido pelo governo de Fernando Henrique, de liberação de produtos agrícolas transgênicos no Brasil. De acordo com os expositores, o governo tem sido indiferente aos alertas de cientistas de várias partes do mundo sobre as condições técnicas atuais de riscos iminentes desses produtos para a saúde humana e o meio ambiente. Além de se manter alheio aos desdobramentos éticos, políticos e econômicos do monopólio externo dessas tecnologias.

Há menos de cinco anos foram liberadas as primeiras sementes transgênicas para plantio no mundo. Aqui no Brasil, por meio de uma grande pressão, especialmente da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança), os experimentos acabaram sendo liberados.

Na Europa, os países que



liberaram os produtos começaram a rever sua posição devido à ocorrência de alergias. Os Estados Unidos também estão revendo sua posição, depois de casos como a morte de borboletas por ingestão de pólen da soja transgênica.

Dentre as propostas encaminhadas a partir da realização do Seminário, pode-se ressaltar a decretação imediata de uma moratória de cinco anos sobre as liberações para a produção, transporte, armazenagem, importação e outras atividades referentes ao uso comercial de OGM. Há ainda a indicação em apoiar as iniciativas de criação de territórios livres de transgênicos no país, além de exigir o cumprimento do direito dos consumidores a ter plena informação sobre quaisquer

produtos.

A partir da crítica de que a atual composição da CTNBio, de indicação quase exclusiva do Executivo Federal, exclui a participação da sociedade, assumindo um caráter autoritário e tecnocrático, o Seminário deliberou pela revogação do Decreto 1752/95, com a edição de nova regulamentação da Lei de Biossegurança, levando em conta a garantia de participação paritária entre o governo e a sociedade e a exclusão das empresas de biotecnologia em função do conflito de interesses.

Foi consensual a idéia de que é necessária a constituição de uma Comissão Nacional de Bioética, respeitando a pluralidade de posições do país. O PT deverá também encaminhar o recolhimento de

subsídios para pressionar politicamente o governo pela redefinição da Política Nacional de Biossegurança e revisão do conjunto da legislação sobre os produtos derivados das biotecnologias.

Segundo os organizadores do Seminário, o evento conseguiu, ainda que de maneira preliminar, fazer análises sobre os impactos dos OGM sobre a saúde pública, meio ambiente, agricultura e sobre o quadro agrário nacional e contribuir com o processo de informação e formação de massa crítica sobre o tema, além de abordar possibilidades de ação comum dos países de terceiro mundo, particularmente sobre as condições de acesso e usos dos seus recursos genéticos.

PTnotícias

Revista do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores

PRESIDENTE NACIONAL DO PT
José Dirceu

SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO
Ozeas Duarte

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Rosana Ramos
MTB 19131

REDAÇÃO
Rosana Ramos,
Fernanda Estima

ADMINISTRAÇÃO
Ricardo Bimbo e
Sônia M. N. Pedrosa

DIAGRAMAÇÃO
Jorge Marinho e Alexandre Machado

ILUSTRAÇÕES
Vicente Mendonça

SEDE
Rua Silveira Martins, 132, São Paulo - SP
CEP 01019-000
Tel: (011) 233-1313 Fax: (011) 233-1349
e-mail: ptnot@pt.org.br
Home page: www.pt.org.br
Tiragem: 12.000 exemplares
Fotótilo e impressão: Artpress

GOVERNO



Foto: Arquivo

Mato Grosso do Sul: seis meses de governo popular

As últimas administrações do Estado de Mato Grosso do Sul foram marcadas pelo descontrole da gestão financeira e indiferença aos anseios populares. A Secretaria de Fazenda tinha a imagem de "caixa-preta". Não havia transparência. Desde a campanha eleitoral, Zeca do PT comprometeu-se a moralizar a máquina arrecadadora, desmontar a rede de sonegação do ICMS e dar transparência à gestão financeira estadual.

Completados seis meses de Governo Popular no Mato Grosso do Sul, é hora de fazermos um balanço desse período em que o Movimento Muda MS (PT, PDT, PPS, PSB, PCdoB e PAN) está à frente do Executivo Estadual.

Herdamos uma administração estadual desacreditada, com três meses e meio de salários atrasados, baixa arrecadação de ICMS — com claros sintomas de sonegação e desvio, e praticamente desarticulado das questões básicas: saúde, educação, segurança pública e infra-estrutura.

Paraíso da sonegação, o Mato Grosso do Sul sofreu um choque de moralidade e transparência nas contas públicas. Tanto que o Estado tem hoje o melhor desempenho do país em termos de evolução da arrecadação de ICMS. Em dezembro de 98, último mês da administração anterior, o fisco estadual arrecadou R\$ 45 milhões. Fechamos o mês de maio com R\$ 78 milhões. Esse resultado,

por si só, já é um fato da mais alta importância para o Estado. Se deixa os administradores anteriores em maus lençóis para explicar o que acontecia, também aponta para o futuro, recuperando a credibilidade do poder público. Além de aumentarmos a arrecadação, temos obtido bons resultados no controle dos gastos públicos. Gastos com combustível, diárias, água, energia, xerox, etc, antes descontrolados, passaram a ser controlados. A criação da

Herdamos uma administração estadual desacreditada e praticamente desarticulada das questões sociais

Central de Compras, que concentrou os procedimentos licitatórios e as compras governamentais, permite que o Estado consiga melhores preços.

O Orçamento Participativo já é uma realidade. Novidade política em nível estadual, vem atraindo grande número de pessoas nas Assembleias Municipais. Cerca de 35 mil pessoas já participaram das Assembleias, que votam as prioridades para o Orçamento e elegem delegados para as Plenárias Regionais. O Orçamento Participativo é uma das ações do Governo Popular que aponta no sentido da democratização da gestão do Estado.

Outro compromisso que já é realidade é o Projeto Bolsa-Escola, que objetiva auxiliar as famílias carentes a manterem seus filhos na escola por meio de uma ajuda mensal de um salário mínimo. Com apenas dois meses de implantação o Bolsa-Escola já atende 1.200 famílias, em sete municípios. Esperamos, até o final do governo, chegar a quarenta mil famílias atendidas pelo projeto.

A defesa do meio ambiente também foi colocada em primeiro

Já é realidade o Projeto Bolsa-Escola que auxilia as famílias carentes a manterem seus filhos estudando

plano. Recriamos a Secretaria de Meio Ambiente e abrimos o debate sobre a questão da pesca predatória em nossos rios, todos incluídos entre os mais piscosos do mundo. O combate a essa prática destrutiva é hoje uma das prioridades da nossa política ambiental.

Alicerçar o Estado para a retomada do desenvolvimento econômico é outra frente de ação. Conseguimos aprovar o Fundo Rodoviário (Fudersul) que propiciará R\$ 5 milhões por mês para a recuperação das nossas estradas e pontes, sem as quais é impossível falar em atrair investimentos. Esse Fundo será administrado de forma transparente e democrática por um

Conselho, que contará com a participação da sociedade.

Embora tenha eleito o governador do Estado, o PT elegeu apenas um deputado estadual, entre os 24 que integram a atual Assembleia. Nossa coligação elegeu ao todo seis deputados. Apesar desse quadro, não tivemos, ao longo deste semestre, nenhuma crise política entre o Executivo e o Legislativo. Acima das diferenças partidárias e ideológicas, conseguimos construir a governabilidade, aprovando os projetos de interesse do Executivo, sem abrir mão do nosso programa e projeto políticos próprios. Discutindo pontualmente as questões, o Governo Popular conseguiu estabelecer a tranquilidade política necessária para administrar o Estado, deixando como uma das marcas desses seis meses a competência para a negociação política, sem renegar seus princípios.

José Orcirio Miranda dos Santos - Zeca do PT Governador do Mato Grosso do Sul

MORATÓRIA

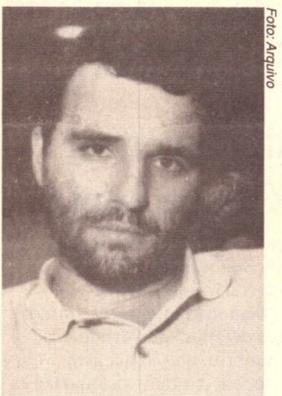


Foto: Arquivo

A dívida externa brasileira

Valter Pomar viajou à Alemanha, por indicação da pastoral social da CNBB, para apresentar relatos sobre a dívida brasileira. No dia 18 de junho, participou do ato de entrega de um abaixo-assinado com 17 milhões de apoios contra a dívida externa - 700 mil eram do Brasil - e da corrente humana que cercou o local onde acontecia o G7.

Em 1994, FHC declarou ao Senado que estava "extremamente feliz com o fim do problema da dívida externa". Essa opinião tornou-se durante algum tempo um lugar comum na mídia, segundo a qual a dívida externa deixara de ser um problema. Mas os fatos apontam noutra direção.

A dívida externa brasileira ganhou vulto nos anos 70. Em 1973, ela era de US\$ 12 bilhões, passando em 1978 para US\$ 43 bilhões. No final dos anos 70 houve um aumento na taxa de juros e uma deterioração nas relações de troca do Brasil com os países capitalistas centrais. Isso aumentou o estoque e o serviço da dívida, ao mesmo tempo que reduziu a capacidade do Brasil obter divisas para viabilizar seu pagamento. O país, que fora receptor líquido de capitais, tornou-se, a partir de 1983, um exportador de capitais.

Tem início um processo de reprogramação e refinanciamento da dívida, monitorado pelo FMI. O período em que o governo

se submete quase totalmente às exigências do Fundo coincide com o auge da campanha pelas diretas.

A queda no superávit comercial e a redução nas reservas brasileiras obrigaram o governo, em 20/2/1987, a suspender unilateralmente todos os pagamentos de juros relativos à dívida de médio e longo prazo, devida aos bancos comerciais estrangeiros.

Adotada por falta de opções, por um governo cujo apoio popular era declinante e desacompanhada de medidas que modificassem

A dívida externa brasileira ganhou vulto nos anos 70. Em 1973, ela era de US\$12 bilhões, passando em 1978 para US\$ 43 bilhões

o modelo econômico brasileiro, a moratória é rapidamente abandonada.

A situação internacional sofre nova alteração no início dos anos 90: uma enorme massa de capitais dirige-se para os países da periferia capitalista, em busca de aplicações lucrativas. Na América Latina, a entrada líquida total de capitais passou de US\$ 9 bilhões (1989) para US\$ 60 bilhões (1992). No Brasil, o governo adotou várias medidas para atrair estes capitais, entre as quais a elevada taxa de juros.

Em 1994 o governo assinou novo acordo de reestruturação da dívida. No primeiro ano de vigência, o Brasil pagou US\$ 2,5 bilhões de juros, o triplo do que pagava antes. Logo depois de assinar o acordo, FHC seria lançado candidato à Presidência.

O afluxo de capitais ampliou as reservas do Brasil e permitiu que o país honrasse o serviço da dívida e contornasse seus déficits. Mas não refletiu-se na redução do estoque da dívida, tampouco

Logo depois de assinar o acordo com o FMI, Fernando Henrique seria lançado candidato à Presidência

ampliou a capacidade do país gerar divisas próprias em moeda estrangeira. O país encerrou em dia os últimos anos, embora crescentemente endividado. Mas a partir das crises do México (1994), Sudeste Asiático (1997) e Rússia (1998) a crescente "fuga de capitais" comprometeu a capacidade de pagar a dívida e financiar os déficits. Para evitar a moratória, o governo negociou um empréstimo "preventivo" junto ao FMI.

Em dezembro de 1998, a dívida externa brasileira atingiu a cifra de US\$ 235 bilhões. Deste total, US\$ 140 bilhões são dívidas do

setor privado (apesar de ser "privada", é o conjunto da população que paga por ela).

Os esforços feitos, por sucessivos governos brasileiros, no sentido de honrar o pagamento da dívida externa, fizeram com que parte substancial da riqueza criada no país fosse transferida para o exterior e/ou se concentrasse ainda mais, ampliando a desigualdade social. Se nos limitarmos ao período correspondente ao primeiro mandato de FHC, o estoque da dívida cresceu US\$ 87 bilhões, de US\$ 148 bilhões para US\$ 235 bilhões. Ocorre que somente neste último período, o Brasil pagou cerca de US\$ 141 bilhões a título de juros e amortização.

Estes são alguns dos fatos que nos levam a defender a suspensão do pagamento da dívida externa, acompanhada de auditoria. Com a palavra, os que são contra.

Valter Pomar é 3º Vice-presidente nacional do PT

